

Quanto dinheiro existe hoje para viabilizar a Economia Verde?

POR FERNANDA MACEDO

Sem mobilizar o capital financeiro, dificilmente haverá impulso suficiente no movimento de transição para uma economia de baixo carbono.

O campo das Finanças Sustentáveis coloca-se, portanto, como uma alavanca de transformação. Tem como objeto entender os sistemas financeiros e como estes são capazes de contribuir para um novo tipo de desenvolvimento. Além disso, o setor de finanças funciona como uma peça-chave para a estabilidade monetária, pois carrega tanto o potencial de gerar como o de evitar **crises sistêmicas**.

No entanto, ainda é pouco o recurso que tem sido destinado a apoiar mudanças mais alinhadas à ideia de sustentabilidade – seja ela social, ambiental, seja econômica, financeira –, pois a maior parte do dinheiro circulante em forma de investimento e financiamento continua a irrigar uma economia poluente e com uso intensivo de recursos naturais não renováveis.

As regras e incentivos vigentes que regem mercados financeiros geralmente não consideram os riscos ambientais a longo prazo e as oportunidades de novos negócios e de setores verdes não têm sido suficientemente valorizadas.

Essas distorções podem levar a uma má alocação de capital, criando obstáculos para a mudança rumo à Economia Verde (EV) – definida pelo Pnuma, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep, em inglês), como uma economia com melhora do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica. A EV representa também uma economia de baixa emissão de carbono, com o uso eficiente dos recursos e inclusão social.

Apesar de o sistema financeiro ainda não estar preparado para tornar essa transição viável, algumas ações nacionais e internacionais têm se dedicado a encontrar

formas de viabilizar mercados mais alinhados à ideia da sustentabilidade.

Desenhando um sistema financeiro verde

O Unep, por meio da iniciativa “Inquiry: Design of a Sustainable Financial System”, lançada em janeiro de 2014, tem explorado maneiras mais eficazes de imprimir mudanças nos processos de tomada de decisão do sistema financeiro, com o objetivo de estimular a EV.

Por meio de um Conselho Consultivo internacional – composto, entre outras instituições, pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), representando o Brasil –, a iniciativa tem realizado debates em torno de experiências em diversos países e a produção de mais de 50 artigos sobre o tema.

O projeto busca promover a ideia de que o financiamento para o desenvolvimento sustentável pode ser feito por meio do sistema financeiro e da economia real. Para isso, são necessárias inovações políticas, vivenciadas em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, que demonstrem como o sistema financeiro pode estar mais bem alinhado com o desenvolvimento sustentável (ver a seguir em “Avanços Regulatórios”).

Além disso, ações nacionais complementadas por cooperação internacional podem dar formato a um sistema financeiro verde. Por meio das melhores práticas atuais de gestão, a Inquiry tem reunido princípios e sugestões para avançar rumo a um sistema financeiro verde.

Em 2014, como parte da iniciativa, a Febraban estabeleceu uma agenda para analisar os possíveis caminhos para

fomentar a transição para a Economia Verde no Brasil, por meio do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A instituição tem participado de discussões internacionais sobre a alocação de capital para riscos socioambientais, no âmbito do conselho consultivo, e criou nacionalmente uma comissão intrasetorial para promover o diálogo entre associações de classe sobre temas relacionados ao desenvolvimento sustentável, com representação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), BM&FBOvespa, Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Mas quais seriam os resultados já alcançados até o momento pelas iniciativas de valorização da EV no País? Como parte de um processo para padronização e monitoramento dos recursos alocados para a economia verde no Brasil, a Febraban e o FGVces apresentaram o estudo O Sistema Financeiro Nacional e a Economia Verde: Mensurando recursos financeiros alocados na economia verde, em outubro de 2015. Este estudo busca mapear os recursos do SFN mobilizados para a EV, apresentando o volume alocado em empréstimos e financiamentos, investimentos e seguros desembolsados para este fim nos anos de 2013 e 2014.

Resultados já alcançados no Brasil

A quantificação dos recursos destinados foi apresentada em dois níveis. O primeiro (nível A) engloba financiamentos para atividades potencialmente causadoras de impacto ambiental, por exemplo para as indústrias metalúrgica,

mecânica, de madeira, de papel e celulose, química, têxtil, de produtos alimentares e bebidas, de fumo, de serviços de utilidade, de transporte, de turismo, de atividades agropecuárias, uso de recursos naturais, entre outras.

Os montantes de recursos financeiros desembolsados para esses setores foram de R\$ 408 bilhões em 2013 e R\$ 365 bilhões em 2014. Tais valores representam 33,5% e 33,2% do total dos financiamentos a pessoas jurídicas e empresas naqueles anos, indicando uma diminuição de cerca de 10,5% em montantes desembolsados para os setores no período.

O segundo nível mapeado no estudo (nível B) abarca os recursos destinados à EV. Esse conceito compreende setores como energias renováveis, eficiência energética, construção sustentável, transporte sustentável, turismo sustentável, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, resíduos, educação, saúde, inclusão produtiva e desenvolvimento local e regional.

Também são incluídos no nível B os volumes referentes a produtos financeiros temáticos, desenvolvidos para auxiliar a transição para a EV, e que possuem seus recursos devidamente monitorados, como o Fundo Amazônia, Fundo Clima, PSI – Inovação, entre outros.

Os resultados do estudo para o nível B indicam que os valores em recursos financeiros desembolsados em setores da EV chegaram a R\$ 110 bilhões em 2013 e a R\$ 107 bilhões em 2014, representando 8,8% e 9,6% do total dos financiamentos a pessoas jurídicas e empresas nesses anos. Não foram apontadas variações relevantes, apesar da pequena queda de em relação a 2013 de cerca de 3%. O mapeamento desses recursos pode ajudar no desen-

volvimento de estratégias de risco de investimento e na identificação de novas oportunidades de negócios para as instituições financeiras. Mas, mesmo assim, a alocação de financiamentos alinhada aos princípios da EV precisará conviver com os conceitos da prudência e resiliência que orientam as tomadas de decisão pelos agentes financeiros e reguladores.

Avanços regulatórios

Os recursos financeiros identificados no estudo O Sistema Financeiro Nacional e a Economia Verde: Mensurando recursos financeiros alocados na economia verde são influenciados por diversos contextos, como foi o caso do lançamento da **Resolução nº 4.327**, de abril de 2014, pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

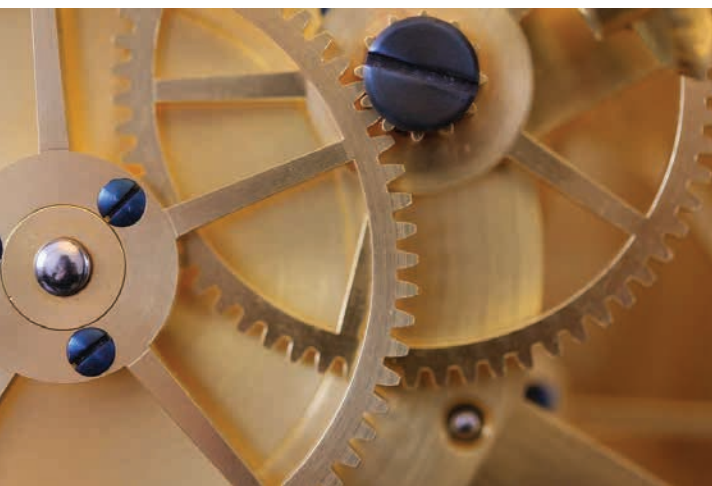


FOTO STEFAN W

Essa resolução exige a implantação de uma política de responsabilidade socioambiental pelas instituições para dar transparência à governança de temas sociais e ambientais, fortalecer a gestão de riscos e um plano de ação para implementação. Ela representou um importante passo à frente pela regulação do setor financeiro no País, ao sinalizar que questões de riscos socioambientais estarão cada vez mais presentes no dia a dia de bancos e outras instituições financeiras reguladas pelo Bacen.

Apesar de os bancos brasileiros, em sua maioria, já possuírem políticas transversais de sustentabilidade à época do lançamento da Resolução, o regulamento representa um marco do qual não será mais possível retroceder e que estará no futuro de todas as instituições financeiras brasileiras daqui para a frente.

Bancos centrais em vários países estão assumindo um papel mais ativo ao reger ou incentivar a incorporação da sustentabilidade em seus sistemas financeiros. Na China, a Política do Crédito Verde restringe a concessão de crédito para empresas indicadas pelo Ministério de Proteção Ambiental. Em Bangladesh, o Banco Central apresenta um guia de risco de crédito que aborda questões socioambientais. São evidências de que tem havido cada vez mais uma convergência entre a alocação de recursos da economia e os princípios da sustentabilidade.

Outros atores

As pressões por um sistema financeiro verde não vêm apenas de mudanças regulatórias, mas de iniciativas independentes, como a da indústria de seguros, que têm desempenhado um papel importante no contexto da Economia Verde. Com o lançamento dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI), em 2012, pela Iniciativa Financeira do Pnuma (Unep-FI, na sigla em inglês), o tema dos riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governança nesse setor tem se tornado cada vez mais critério para a tomada de decisão de seguradoras.

Antes da criação do PSI, os debates do ponto de vista dos investidores já vinham se aquecendo, com a liderança dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), desde 2006, uma rede internacional de investidores que busca entender as implicações de sustentabilidade nas práticas de decisão de investimento (veja mais no texto sobre **Seguros**).

Financiamento disponível, mas pouco acesso

Muitos atores têm articulado esforços para o avanço de um sistema financeiro verde. Mesmo assim alguns obstáculos a fluxos financeiros precisam ser identificados para evitar tropeços e atrasos nesse processo. Os setores de agropecuária e energia representam juntos um terço das emissões líquidas de CO₂, de acordo com o **Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa**. O estudo do FGVces Como avançar no financiamento da Economia de Baixo Carbono no Brasil identificou os produtos e serviços oferecidos pelo sistema financeiro a esses setores para projetos que permitam a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e, além disso, as regulamentações e incentivos relacionados a essas demandas disponibilizados pelos agentes governamentais.

Apesar da oferta de linhas especificamente para financiar projetos enquadrados na economia de baixo carbono, o volume de recursos captado por empresas e produtores ainda é baixo. Uma série de obstáculos dificulta o uso dessa verba.

Dentro das Instituições Financeiras, é preciso rever processos internos e capacitar os envolvidos em análise de projetos, análise de crédito e avaliação de risco para lidar com o tema da economia de baixo carbono. Políticas públicas, subsídios diretos e incentivos fiscais e financeiros podem também fomentar essa economia, além da articulação entre as diferentes instâncias governamentais. A pesquisa e desenvolvimento e apoios à comunicação, divulgação e capacitação de pequenos produtores e empreendedores também são elementos com potencial de destravar esses fluxos financeiros.

A mobilização de recursos financeiros para a Economia Verde implica uma série de recomendações, mas um elemento é central nessa estratégia: o trabalho conjunto e alinhado entre governo – responsável pelo arcabouço regulatório –, setor financeiro – que oferece produtos e serviços específicos – e setor produtivo – por meio do uso dos recursos disponíveis para implementar práticas no contexto da nova economia.